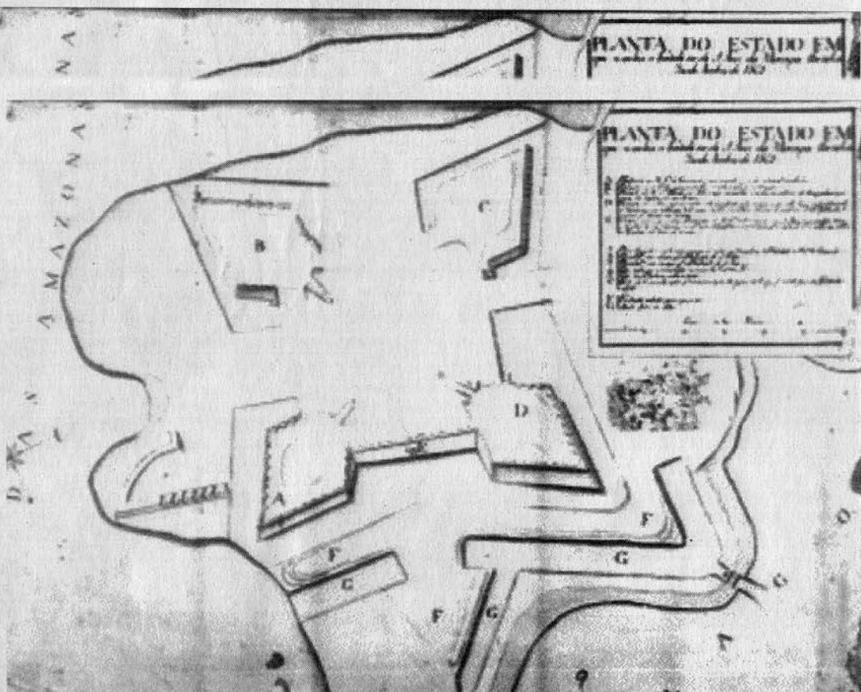


FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ

Pesquisas arqueológicas dão nova dimensão ao monumento histórico

MARCOS ALBUQUERQUE
ARQUEÓLOGO DA UFPE
A Amazônia brasileira des-

Pevas do Uruguai e, ao norte, o conjunto de missões da Amazônia. As soluções políticas adotadas para estas



A Área Noroeste da Fortaleza de São José de Macapá também revelou estruturas de defesa que deram uma

MARCOS ALBUQUERQUE
ARQUEÓLOGO DA UFPE
A Amazônia brasileira despertou interesse internacional desde os mais remotos períodos da colonização do Brasil. Portugueses, franceses, ingleses e holandeses tentaram se estabelecer nesta área a partir do início do século XVI. Muitas fortificações foram erguidas na região amazônica por diferentes nações. Uma maioria significativa destas fortificações foram erguidas em madeira e terra, conseqüentemente perecíveis. Outras foram construídas em pedra, obedecendo a um critério mais rígido preconizado pela engenharia militar, como é o caso da Fortaleza de São José de Macapá.

Os conflitos internacionais decorrentes da tentativa de soberania da Amazônia exigiram de Portugal uma medida enérgica para garantir a posse definitiva desta cobiçada região.

O Marquês de Pombal encarregou-se de prover o sistema defensivo da Amazônia brasileira. Uma significativa quantidade de fortificações foram erguidas nesta área objetivando a sua posse e conseqüentemente a sua exploração.

Na segunda metade do século XVIII, Portugal e Espanha se empenhavam no estabelecimento em definitivo dos limites entre suas colônias. A demarcação dos limites, apesar das

Pevas do Uruguai e, ao norte, o conjunto de missões da Amazônia. As soluções políticas adotadas para estas áreas diferiram, ainda que estivessem balizadas pelo interesse de garantir o domínio da colônia. Diferentemente das ações levadas na região Sul, na Amazônia a estratégia utilizada destruiu as missões e aldeamentos religiosos, apenas formalmente, como instituição; a população (pelo menos em termos) foi preservada. As aldeias das missões foram, então, por determinação, transformadas em vilas ou povoados. Transformação que teria como objetivo cercar a autonomia daquelas aldeias, livrando-as da tutela da autoridade missionária e gerando uma nova condição administrativa e social, assegurando assim a soberania portuguesa. Este processo de integração consistiu ainda na imposição da língua portuguesa, embora a grande maioria dessas populações fosse constituída por indígenas.

As aldeias de maior porte foram elevadas à categoria de vilas, enquanto que as menores, a lugares. Esta foi fundamentalmente a estratégia de ocupação do território, adotada por Mendonça Furtado seguindo a orientação da política pombalina, no sentido de integrar definitivamente a região ao Império Português.

Havia interesse, por parte do governador, no cumprimento imediato das mudanças determinadas pela

PLANTA COM ELEVAÇÃO que se mostra o estado em que se achava a Fortaleza até o dia 20 de junho de 1767

do bases no litoral, nas proximidades da entrada do Amazonas. De fato ocorreram, sobretudo, alguns pontos na margem direita. Longe estavam de poder garantir o acesso ao rio. O grande delta do Amazonas não poderia ser facilmente defendido, sobretudo considerando-se o alcance das armas da época. Os fortes do Presépio e Gurupá correspondiam às duas maiores forças dispostas na entrada do rio. O primeiro, um importante forte, na margem direita, junto ao qual se iniciava a vila de Belém. O segundo, o forte de Gurupá, era um complemento importante, para o primeiro; um excelente posto de observação na área correspondente à margem esquerda. Aos portugueses, ao contrário dos espanhóis, interessava guarnecer, ocupar o rio no sentido da foz para montante. Procedimento inverso àquele seguido pelos espanhóis por Acuña. Desde 1646, quando foram expulsos os últimos holandeses, com a tomada do forte Maiacaré, junto ao cabo Norte, os estrangeiros não tinham voltado a se estabelecer no rio.

Mas a subida do Amazonas só se deu efetivamente a partir de 1637 com as informações trazidas pelos dois franciscanos que desceram desde o rio Napo até ao Gurupá e posteriormente com os resultados advindos da cartografia elaborada pela expedição de Pedro Teixeira.

A interiorização das povoações portuguesas no Norte servia para caracterizar, para garantir, a ampliação das fronteiras da colônia.

Assim, a construção da Fortaleza de São José de Macapá já constava dos planos do governador Mendonça Furtado, desde a criação da então povoação de Macapá (1751). Integrava os planos de ampliação das fronteiras da colônia, definidas inicialmente pelo tratado de Madrid (1750) — posteriormente anulado —, e definitivamente pelo Tratado de Santo Idelfonso (1777), em que se reconhecia a ocupação portuguesa e legitimava a posse do território pretendido pelos portugueses.

Mas a Fortaleza de São José de Macapá não fora construída naquela ocasião. Apenas em 1764 foi iniciada com a construção do baluarte São Pedro sob a responsabilidade de um engenheiro integrante da Comissão Demarcadora de Limites, Henrique Antonio Gallucio.

Sua construção se estendeu por 18 anos, sendo inaugurada no ano de 1782, no dia do Santo Padroeiro da cidade de Macapá e orago da fortaleza: São José.

De acordo com este espírito da política pombalina foi construído, às margens do rio Amazonas, nas coordenadas de a Fortaleza de São José de Macapá. Trata-se de uma fortaleza complexa, do ponto de vista da engenharia militar. Além de possuir uma grande dimensão, sobretudo se comparada com as demais fortificações

brasileiras, apresenta um complexo externo de obras de defesa como fosso, redente, revelim, caminho coberto, etc..

A Fortaleza de São José de Macapá cumpriu o seu papel de guarda do espaço a ela confiada, tornando-se co-responsável, juntamente com outras congêneres, pela consolidação e manutenção da extensão territorial do Brasil, sobretudo na região amazônica.

A despeito dos "ataques" decorrentes dos agentes naturais, a fortaleza resistiu ao ímpeto das águas do rio, às investidas do igarapé que alimentava seu fosso. Resistiu ainda ao "cerco" da cidade e às ocupações em sua esplanada. Tombada pelo Governo Federal, a fortaleza é hoje protegida também pelas ações do Governo Estadual que propiciou a reintegração dos espaços da praça fortificada, desapropriando e demolindo as edificações levantadas em suas proximidades.

A Fortaleza de São José de Macapá possui uma dimensão que a coloca entre as maiores da América do Sul. Apresenta um conjunto de construções internas e várias obras externas de defesa. As fotos que se seguem mostram a Fortaleza antes da realização da pesquisa arqueológica.

Sua iconografia permite uma avaliação das diferentes etapas de sua construção. A realização da pesquisa arqueológica revelou algumas estruturas que tinham sido identificadas na iconografia, mas que se encontravam soterradas. Desta forma a Fortaleza de São José de Macapá adquiriu uma nova morfologia externa com a descoberta destas obras de defesa. Em momento anterior à pesquisa arqueológica acreditava-se que algumas obras externas não haviam sido concluídas, embora aparecessem na iconografia.

O projeto de pesquisa arqueológica da Fortaleza de São José de Macapá teve origem a partir de uma exigência

do Iphan para a liberação da área do entorno do monumento que seria tratada por um projeto de paisagismo.

Decorrente desta exigência, o Governo do Estado do Amapá, através de sua Secretaria da Infra-estrutura (Seinf), solicitou ao Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco a elaboração de um projeto de pesquisa. Este projeto privilegiaria apenas a área externa da Fortaleza. Esta área foi administrativamente subdividida em três segmentos: Área Oeste, em frente à fortaleza; área noroeste, à sua direita; e área sudoeste, à esquerda.

Após a elaboração do projeto de pesquisa, o mesmo foi apresentado e aprovado pelo Iphan com autorização de execução publicada no Diário Oficial da União. A pesquisa arqueológica foi realizada em duas campanhas de campo. A primeira realizada em 2002 e a segunda em 2003. As descobertas efetuadas pela pesquisa arqueológica deram uma nova dimensão à Fortaleza de São José de Macapá. Estruturas que não se conheciam vieram à tona. Algumas outras que se conheciam na iconografia e que se acreditava que não tinham sido construídas, hoje incorporam as estruturas externas da Fortaleza.

A pesquisa arqueológica foi financiada pelo Governo do Estado do Amapá com a supervisão técnica da 2ª Superintendência Regional do Iphan.

Os resultados obtidos pela pesquisa arqueológica ratificam as recomendações contidas nas Cartas Patrimoniais Internacionais, das quais o Brasil é signatário, de acordo com as quais, nenhuma restauração ou intervenção em um monumento seja realizada, sem que haja uma pesquisa arqueológica prévia.

As escavações arqueológicas da Área Oeste revelaram um conjunto de estruturas externas de defesa que se encontravam soterradas.

A Área Sudoeste apresentou também um significativo conjunto de obras externas de defesa. Além da praça de armas do caminho coberto, neste setor, seu ângulo saliente e reentrante, foi identificado mais ao sul o Redente com quatro bases de canhão. Embora esta última estrutura esteja na porção sul, será apresentada conjuntamente neste conjunto.

O estudo de pré-escavação realizado pela equipe do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco sinalizava para a existência de algumas estruturas externas de defesa que não se encontravam aparentes.

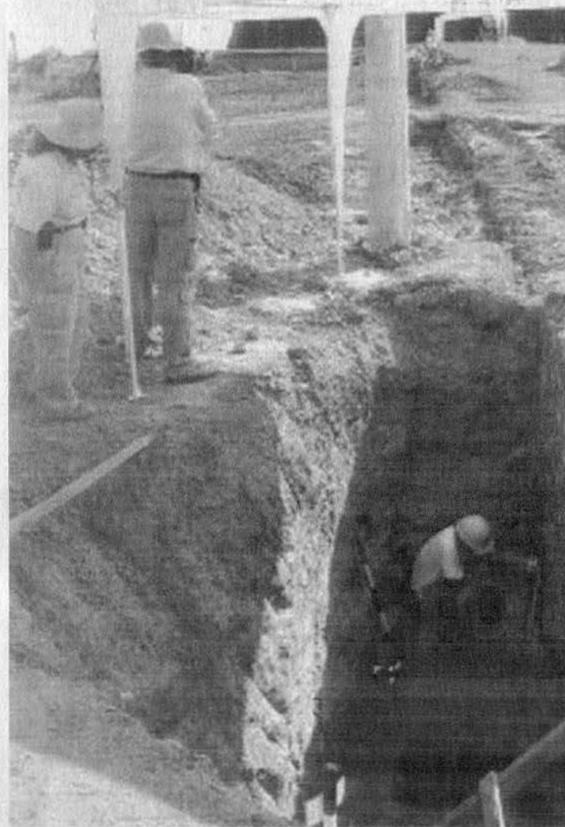
Muitos historiadores supunham que estas estruturas jamais haviam sido construídas. A população local também não retinha, em sua memória coletiva, informações quanto a estas estruturas externas, embora os moradores mais antigos lembrem-se da antiga configuração hidrográfica do entorno da Fortaleza. Muitos afirmam que quando crianças viram embarcações ancoradas nas proximidades do monumento, inclusive em áreas onde hoje existem ruas e prédios.

As descobertas arqueológicas não apenas confirmam muitas das informações contidas na iconografia, como também permitirão aos restauradores adotarem um partido que permita uma melhor visualização desta grande obra de defesa do território brasileiro. Indiscutivelmente estas descobertas deram uma nova dimensão a este monumento militar, colocando-o entre as obras de defesa das mais complexas existentes no País.

A pesquisa arqueológica desenvolvida na Fortaleza de São José de Macapá ocorreu em duas campanhas distintas, a primeira de julho a setembro 2002, e a segunda, de setembro a dezembro de 2003.

Todos os trabalhos realizados pela nossa equipe são abertos à visitação pública, inclusive com acompanhamento de um membro da equipe. Milhares de pessoas já visitaram os nossos trabalhos. Acreditamos que este trabalho de extensão cultural, além de constituir-se em um dos tripés da proposta universitária, contribui para a formação de uma consciência da sociedade sobre seu passado.

Nos arquivos fotográficos do Laboratório de Arqueologia da UFPE, encontra-se documentado grande parte das visitas que ocorreram durante as escavações arqueológicas. Em algumas situações, entretanto, o nosso serviço de documentação fotográfica encontrava-se empenhado em um registro operacional da escavação, de modo que a visita de algumas pessoas, lamentavelmente, não foram registradas.



A ESTRUTURA de madeira é submetido a diferentes tipos de controle

comissões de ambas as metrópoles, designadas para este trabalho, arrastavam-se sem se chegar a uma definição.

O Tratado de Madrid (1750), que admitia como espanholas as terras da bacia do rio da Prata e como portuguesas as terras da bacia do rio Amazonas, foi anulado em 1761, trazendo oficialmente de volta a questão, ainda sob o reinado de dom José I.

A este tempo, ainda a questão do povoamento da bacia amazônica, que lhes garantisse a posse, representava um fator preponderante. A baixa densidade demográfica de colonos não atendia às necessidades da Coroa Portuguesa para invocar o *uti possidetis* na disputa com a Espanha pelas terras durante o esta-belecimento dos limites. O quadro ainda mais se agravava com a presença das numerosas missões religiosas que congregavam milhares de indígenas, cujo domínio temporal estava afeto aos religiosos.

Do ponto de vista do Estado, dois focos principais de missões preocupavam as autoridades: ao sul, os Sete

Metrópole, o que o teria levado a buscar verificar pessoalmente a implantação das determinações. As viagens que realizou pelo território sobre sua re-sponsabilidade permitiram uma avaliação das condições e dos processos de ocupação que se haviam desenvolvido na região, como ainda da política que de-veria ser adotada no sentido de melhor garantir a soberania portuguesa. Até então, o que havia, do ponto de vista da colonização portuguesa ao longo do Amazonas e seus tributários, consistia em algumas praças militares de pouca eficiência; precárias feitorias provisórias, abertas e mantidas nas horas necessárias para a movimentação de atividades econômicas — "coleta flo-renal e de pesca e salga da mercadoria extraída das águas"; e aldeamentos sob a responsabilidade de ordens religiosas, comunidades isoladas, não vinculadas a um processo de colonização aos moldes que interessavam ao governo português.

Desde a primeira metade do século XVII os portugueses já haviam assenta-



REDENTE ESCAVADO. Observa-se a rampa de acesso e no centro, quadro bases para suporte de canhões